

Tarefa 4

Cotas para professores negros e indígenas na universidade

Você é representante da associação docente de uma universidade brasileira que ainda não implementou efetivamente a lei de cotas para professores. Inspirado no exemplo da USP, escreva uma carta aberta à reitoria da sua instituição. Com base nas informações da reportagem, resalte os principais aspectos trazidos pelas ações afirmativas, solicitando a implementação de cotas nos próximos concursos.

USP TERÁ COTAS PARA PROFESSORES NEGROS E INDÍGENAS; DIVERSIDADE MAIOR AMPLIA HORIZONTES, DIZ REITOR



AS PRÓXIMAS SELEÇÕES DEVERÃO SEPARAR 20% DAS VAGAS PARA ESSE PÚBLICO

A Universidade de São Paulo (USP), mais conceituada instituição de ensino do país, aprovou, na segunda-feira, cotas para pretos, pardos e indígenas em seus concursos públicos para professores e servidores. As próximas seleções deverão separar 20% das vagas para esse público. Atualmente, a USP tem 119 docentes pretos e pardos e um indígena, em um total de 5 mil.

— Quando as pesquisas são feitas por um grupo muito homogêneo de pessoas, ficam limitadas aos temas que importam a ele. Com maior diversidade, amplia seus horizontes, suas perguntas e fica mais próximo da sociedade — disse ao Estadão o reitor da USP, Gilberto Carlotti Junior, sobre a medida.

A intenção é, segundo ele, ter “mais qualidade nas pesquisas”. Além disso, a universidade pretende tentar refletir a diversidade dos alunos entre professores e técnicos. A USP tem cerca de 45% de seus estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, por causa de um programa de cotas.

— Não vamos conseguir fazer isso do dia para noite, como conseguimos aumentar com os alunos, porque o professor fica 30, 40 anos na universidade, mas vai mudando a situação — completou.

Segundo o reitor, a USP vai abrir cerca de 500 vagas até 2025 para professores. Com

as cotas, o número de docentes pretos, pardos e indígenas deve dobrar, com mais cerca de 100 contratados. O índice de 20% será aplicado para concursos que tiverem mais de 3 vagas abertas. No caso em que houver menos, o que é comum, a universidade vai usar a chamada pontuação diferenciada, que está estabelecida em decreto estadual. Ela leva em conta a pontuação média dos candidatos em concorrência e a dos pretos, pardos e indígenas — depois dá uma bonificação para o segundo grupo. A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato vai estar sujeita à confirmação de uma banca de heteroidentificação.

A USP já havia sido questionada três vezes na Justiça, com concursos paralisados, por não estipular cotas para pretos, pardos e indígenas, já que uma lei estadual estabelecia a obrigatoriedade. A política afirmativa para selecionar professores, no entanto, já era uma meta de Carlotti Junior desde que venceu as eleições, em dezembro de 2021.

— Se não fizermos de maneira induzida, vai demorar dezenas de anos para ter maior diversidade na universidade — afirmou.

Recentemente, a instituição lançou uma bolsa de pós-doutorado, de R\$ 8 mil, para pesquisadores negros, e criou uma lista de docentes pretos que poderão ser chamados para compor bancas de seleção de professores. Cerca de mil profissionais se candidataram para as 50 vagas para pós-doutor, segundo o reitor.

Em abril, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) aprovou uma meta de ter 37% de seus professores negros em seis anos. Atualmente, esse índice é de 5,34%. Para isso, os próximos concursos, a partir do segundo semestre deste ano, vão apenas selecionar docentes pretos e pardos.

As universidades federais também precisam seguir a lei para concursos da União, que estabelece 20% das vagas para pretos, pardos e indígenas, mas há disputas na Justiça para que ela seja cumprida efetivamente. Nos últimos anos no país, e depois da lei de cotas aprovada em 2012, aumentou o número de instituições com políticas afirmativas no ingresso de alunos. Mas o mesmo não ocorreu entre funcionários e professores.